



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO
FEDERAL

Diretoria de Gestão de Parcerias e Contratos
Gerência de Elaboração de Parcerias e Contratos

ACORDO DE PATROCÍNIO PRIVADO DIRETO 2/2023

PROCESSO Nº 2

PROCESSO Nº 00150-00004528/2023-20

O DISTRITO FEDERAL, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, com sede na Biblioteca Nacional de Brasília Leonel de Moura Brizola - Setor Cultural da República, Área Cívica, Lote s/n Edifício da Biblioteca Nacional, DF - CEP: 70070-150, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por **FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES**, na qualidade de SECRETÁRIO DE ESTADO, cuja delegação de competência foi outorgada pelo Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023, publicado no DODF nº 125, de 05 de julho de 2023, pag.32 e **DIOGO SALMERON CARVALHO**, doravante denominado PATROCINADOR, inscrito no CPF nº 312 096 278-33 e RG 43 947 704-7, Diretor Artístico do Tonal Composers Festival Brasília, resolvem celebrar este ACORDO DE PATROCÍNIO PRIVADO DIRETO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar distrital nº 934, de 7 de dezembro de 2017, no Decreto distrital nº 38.933, de 15 de março de 2018, no Decreto Distrital nº 38.445, de 29 de agosto de 2017, e, naquilo que for aplicável, na Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PATROCÍNIO

Este instrumento tem por objeto patrocínio privado direto em benefício da gestão pública cultural, que consiste na alocação de recursos próprios do patrocinador, sem incentivo fiscal, na execução de caderno de encargos, com contrapartida, conforme o disposto no Plano de Trabalho anexo a este Acordo. (116517592)

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSOS

Este instrumento não envolve transferência de recursos financeiros da Administração Pública ao patrocinador.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

3.1 - Este instrumento terá vigência de **08 (oito) meses** a partir da sua assinatura.

3.2 - O extrato deste instrumento será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal até 20 (vinte) dias após a assinatura.

3.3 - Este instrumento poderá ser alterado por termo aditivo, desde que haja consenso entre os partícipes e sejam mantidas as principais características do patrocínio.

3.3.1 - A alteração no Plano de Trabalho somente poderá ser realizada mediante autorização da administração pública, sem necessidade de celebração de termo aditivo nos casos em que a alteração não desconfigure substancialmente a proposta apresentada.

3.4 - Nos casos em que a alteração deste acordo for realizada por termo aditivo, será necessária manifestação prévia da Assessoria Jurídico-Legislativa da Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADES

4.1 - São responsabilidades da Administração Pública:

4.1.1 - acompanhar o cumprimento dos encargos e obrigações assumidos pelo patrocinador, nos termos do Plano de Trabalho;

4.1.2 - orientar o patrocinador e os fornecedores com diretrizes e recomendações para a adequada execução dos encargos e obrigações, conforme o interesse público;

4.1.3 - autorizar a fruição da contrapartida pelo patrocinador, conforme o disposto no Plano de Trabalho.

4.2 - São responsabilidades do Patrocinador:

4.2.1 - cumprir com todos os encargos e obrigações assumidos, nos termos do Plano de Trabalho, observadas as seguintes responsabilidades: - fornecer e transportar todos os materiais, mão de obra, equipamentos e máquinas necessários à execução dos serviços, à sua exclusiva custa e responsabilidade civil, penal e trabalhista; - registrar dados sobre a execução dos encargos, para compor os dados oficiais do Governo do Distrito Federal; - providenciar eventuais andaimes, proteções, plataformas, tapumes, máquinas, equipamentos de segurança e demais equipamentos que forem necessários à execução dos encargos; - providenciar A.R.T. (anotação de responsabilidade técnica) quando for necessária; - incluir, quando verificada a conveniência e oportunidade da Administração Pública, marca institucional indicada pelo Governo do Distrito Federal nas peças de comunicação visual e ativação de marca eventualmente produzidas ou veiculadas pelo patrocinador, conforme orientações fornecidas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em consonância com a legislação aplicável ao período eleitoral. - providenciar, caso pactuado no plano de trabalho, seguro de responsabilidade civil que cubra danos pessoais e materiais que envolvam os encargos, independente de culpa; - articular com órgãos e entidades públicas e privadas, caso necessário para a execução dos encargos pactuados, sob a supervisão geral da SEC.

4.2.2 - instalar, manter, retirar e dar destinação a eventuais materiais publicitários e demais elementos decorrentes das contrapartidas, sendo responsável por todos os custos respectivos;

4.2.3 - enviar relatório final de execução do acordo de patrocínio à Administração Pública, conforme orientações e documentos considerados indispensáveis para a comprovação do cumprimento de suas obrigações.

CLÁUSULA QUINTA- BENS REMANESCENTES

Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução do acordo serão de titularidade do Distrito Federal, ressalvados eventuais materiais e peças publicitárias que servirem exclusivamente para exibição de publicidade ou ativação de marca do patrocinador.

CLÁUSULA SEXTA- DIREITOS INTELECTUAIS

6.1 - O PATROCINADOR declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar desde já, independente de solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, todas as autorizações necessárias para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo,

utilize, frua e disponha dos bens submetidos a regime de propriedade intelectual que eventualmente decorrerem da execução deste acordo, da seguinte forma:

6.2 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional no 9.279/1996, pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado, desenho industrial, indicação geográfica e marcas;

6.3 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional no 9.610/1998, pelas seguintes modalidades:

I - a reprodução parcial ou integral;

II - a adaptação;

III - a tradução para qualquer idioma;

IV - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

V - a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

VI - a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e

VII - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

CLÁUSULA SÉTIMA– OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO ACORDO

A Administração Pública não é responsável pelas obrigações jurídicas decorrentes de contratos e quaisquer outros ajustes firmados pelo patrocinador ou seus representantes na execução dos encargos ou nas suas providências relacionadas a contrapartidas, inclusive eventuais demandas relativas a indenizações, ressarcimentos, demandas trabalhistas, previdenciárias ou de qualquer outra natureza.

CLÁUSULA OITAVA- INADIMPLEMENTO

O inadimplemento completo ou parcial das obrigações assumidas poderá implicar rescisão. A prática de atos em desacordo com o acordo de patrocínio ou com o disposto na legislação pode implicar responsabilização civil e criminal, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no § 8º do art. 51 da Lei Orgânica da Cultura, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.933, de 2018.

CLÁUSULA NOVA- RESCISÃO

A Administração Pública poderá rescindir o instrumento, em defesa do interesse público, mediante decisão fundamentada, garantida ampla defesa, nos casos, em que o patrocinador:

I. praticar quaisquer atos que atentem contra direitos humanos, inclusive qualquer ato de assédio ou de discriminação de gênero, raça, nacionalidade, religião, idade ou deficiência;

II. descumprir o caderno de encargos ou utilizar a contrapartida para finalidade distinta da descrita neste Acordo;

III. na utilização de equipamento público de cultura como contrapartida da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa:

a) deixar de zelar pela integridade do equipamento cultural, realizando qualquer reforma, intervenção ou alteração no espaço que não autorizada expressamente pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa;

b) realizar eventuais montagens e desmontagens fora do prazo total de ocupação do equipamento cultural;

c) realizar quaisquer atividades que coloquem em risco a segurança e integridade do espaço e de terceiros;

d) retirar ou mover equipamentos, móveis e outros próprios do equipamento cultural e da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa sem prévia e expressa autorização;

e) deixar de obter todas as autorizações, licenças e outras outorgas necessárias e que forem de sua responsabilidade para o desenvolvimento e realização das atividades no equipamento cultural;

f) deixar de custear todas as despesas, inclusive aquelas de ordem trabalhista, tributária, regulatória, ambiental, relacionadas ao cumprimento da atividade realizada no equipamento cultural;

g) deixar de providenciar todos os materiais, mão de obra, aparelhos e outros insumos necessários para a realização das atividades a serem realizadas.

IV. descumprir qualquer outra obrigação prevista neste instrumento ou na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA - CUMPRIMENTO AO DECRETO DISTRITAL nº 34.031/2012

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031/2012).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

Nos casos em que não for possível solução administrativa em negociação de que participe o órgão de assessoramento jurídico da administração pública, fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos decorrentes deste instrumento.

Brasília-DF, 31 de julho de 2023.

ANEXO DO ACORDO DE PATROCÍNIO PLANO DE TRABALHO – CADERNO DE ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS

Este anexo detalha itens técnicos em formato de Caderno de Encargos e Contrapartidas.

PARTE I – ENCARGOS

Pagamento de cachês de artistas convidados da temporada (maestro ou solista), aquisição, reforma ou restauro de equipamento(s) ou instrumento(s) mediante aprovação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro - OSTNCS, no valor global de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), no período de 8 meses.

PARTE II - CONTRAPARTIDAS

Realização de 2 (dois) concertos gratuitos ao público pela Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, nos dias 31 de julho de 2023 e 1º de agosto de 2023, com obras inéditas selecionadas pelo Festival, de compositores de várias regiões do mundo.

FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES

Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

DIOGO SALMERON CARVALHO

Patrocinador



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Salmeron Carvalho, Usuário Externo**, em 31/07/2023, às 16:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES - Matr.0254694-9, Secretário(a) de Estado de Cultura e Economia Criativa**, em 31/07/2023, às 17:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=118732575 código CRC= **B949511B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 - DF